

**Corpos deficientes x mentes eficientes:
inclusão de mulheres cientistas e um não ao capacitismo**

Resumo: Fundamentado na singularidade de cada indivíduo, este trabalho critica a superficialidade de conceitos binários (inclusão/exclusão, integração/segregação) ao abordar a realidade das pessoas com deficiência. Argumenta-se que tais dicotomias ignoram a riqueza das experiências e mascaram a opressão estrutural e o capacitismo. O texto explora a legislação brasileira, expõe essas formas de opressão e dá visibilidade à atuação de mulheres com deficiência engajadas na produção científica e no ativismo por direitos, reforçando a luta por uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chaves: Capacitismo; Pessoa com Deficiência; Mulher na Ciência

Introdução:

A promulgação de leis não é suficiente para transformar uma realidade, logo é necessário um esforço contínuo para mudar atitudes, estruturas e práticas que ainda limitam o acesso e a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade, além de banir o capacitismo. Segundo dados do Plano Nacional de Saúde (PNS) - 2024-2027, “das 18,6 milhões de pessoas com deficiência, mais da metade são mulheres, 10,7 milhões, o que representa 10% da população feminina com deficiência no País” (Brasil, 2024, p. 102) e de acordo com Capitani (2022), apenas 49,5% das pessoas com deficiência e há o déficit de 50,5% de desocupação destas vagas destinadas a profissionais com deficiência nas empresas brasileiras, tanto no setor privado quanto no público. A Lei Brasileira da Inclusão - Lei nº 13.146, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma legislação importante cuja promulgação visa a garantia de direitos e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. A lei foi sancionada no ano de 2015 e tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades, combater o capacitismo e assegurar acessibilidade em diferentes áreas, como educação, saúde, trabalho e transporte. Além dela, existem outras leis que também buscam proteger e promover os direitos dessas pessoas, como a Lei de Cotas, que incentiva a contratação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a Lei de Acessibilidade, que estabelece normas para garantir que espaços públicos e privados sejam acessíveis a todos.

No entanto, a legislação mais proeminente e atualizada no Brasil nesse âmbito ainda é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que caracteriza pessoa com deficiência como a que possui impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial permanente ou temporário e ao interagir com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena na sociedade em patamar de igualdade às demais pessoas. Esta legislação institui o direito a ações

afirmativas, como a reserva de vagas em concursos públicos e processos seletivos de instituições de ensino, e o acesso facilitado a programas de crédito educativo, entre outras medidas compensatórias e de inclusão.

A lacuna entre a lei e a realidade é grande, pois a existência de leis não garante os direitos das pessoas com deficiência, mesmo representando avanço civilizatório e sendo fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Contudo, é ilusório acreditar que a mera existência de um arcabouço legal seja, por si só, suficiente para assegurar o pleno cumprimento dos direitos ali previstos.

Um dos principais obstáculos reside na fiscalização e na punição em casos de descumprimento, tendo em vista que as leis perdem sua força quando não há mecanismos eficientes de monitoramento da sua aplicação, responsabilizando pessoas, empresas e órgãos públicos que as infringem.

Em suma, as leis são um alicerce indispensável à garantia efetiva dos direitos, mas exigem um esforço contínuo. Logo, é importante fortalecer os mecanismos de fiscalização, investir maciçamente em acessibilidade e recursos, promover uma profunda transformação cultural através da educação e conscientização, desburocratizar processos e, fundamentalmente, assegurar a participação ativa das pessoas com deficiência na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Somente assim a letra da lei se traduzirá em dignidade, autonomia e inclusão real no cotidiano de cada cidadão e cidadã com deficiência no Brasil.

A Opressão invisível: como o modelo social desnuda as barreiras que definam a deficiência:

Ao identificar a opressão nas estruturas sociais e nas atitudes coletivas, o modelo social da deficiência não nega a existência de impedimentos físicos, sensoriais, intelectuais ou mentais. No entanto, ele argumenta que é a resposta da sociedade a esses impedimentos que verdadeiramente define a deficiência como uma experiência de desvantagem e exclusão. A luta pelos direitos das pessoas com deficiência, sob a perspectiva do modelo social, transcende a busca por curas ou reabilitação individual. Ela se concentra na transformação da sociedade: na remoção de barreiras, na promoção de uma cultura anticapacitista, na garantia de acessibilidade universal, na reestruturação de políticas e na valorização da diversidade humana como um pilar para uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva.

“O modelo social compreende a deficiência como uma forma particular de opressão social em que as desvantagens sociais são decorrentes de contextos e ambientes pouco sensíveis à diversidade” (Seron *et al.*, 2021, p. 4). A deficiência é vista como uma forma particular de

opressão social, na qual as desvantagens enfrentadas pelas pessoas com deficiência não surgem apenas por suas condições físicas ou mentais, mas principalmente pelos ambientes, estruturas e atitudes que não são sensíveis à diversidade humana.

Capacitismo:

De acordo com Campbell (2008), o capacitismo diz respeito às crenças e práticas em que corpos com características diferentes dos considerados normais são marginalizados porque a deficiência é um estado diminuído do ser humano, enquanto Vendramin (2019) a condição corporal das pessoas com deficiência as define como menos capazes. O capacitismo se apresenta sob a forma de bullying, superproteção, exclusão entre outras formas e vale ressaltar que a inclusão social se baseia na perspectiva igualitária com integração de todos na sociedade. Talvez a forma mais pervasiva de opressão seja o capacitismo e ele se expressa através de estereótipos, colocando a pessoa com deficiência como herói, vítima ou incapaz, em um lugar de infantilização, de subestimação de suas capacidades, de piedade, e de segregação. Essas atitudes internalizadas socialmente criam um ambiente hostil, minam a autoestima e limitam as oportunidades, independentemente das capacidades reais do indivíduo. O capacitismo não cabe em uma sociedade contemporânea e que luta para ser inclusiva. Ou será que a proposta de sociedade inclusiva não passa de uma falácia?

Deficiência não é incapacidade: desconstruindo o estigma limitante:

Augustin (2012) reforça que colocar a pessoa com deficiência no lugar de incapaz é uma forma de violência capacitista, ou seja, uma atitude que desrespeita e marginaliza essas pessoas, reforçando a ideia de que elas não podem ou não devem participar plenamente da sociedade. Por outro lado, Mello (2014) destaca que as pessoas com deficiência têm potencial para desenvolver habilidades e realizar tarefas tão bem quanto, ou até melhor do que, pessoas consideradas "normais". Por isso, a inclusão social é fundamental. Ela representa uma forma de a sociedade se tornar mais democrática, reconhecendo e valorizando a capacidade de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças. Assim, podemos construir uma sociedade mais justa, acolhedora e igualitária, onde a deficiência não seja vista como uma incapacidade, mas sim como uma diversidade que enriquece a convivência de todos. Logo, é fundamental e urgente desconstruir o equívoco persistente que iguala deficiência à incapacidade.

O capacitismo é o motor que perpetua a falsa equivalência entre deficiência e incapacidade. Ele se manifesta em baixas expectativas, na superproteção que anula a autonomia, na infantilização, ou na visão da pessoa com deficiência como um fardo ou objeto de caridade, de forma que tais atitudes criam um ciclo vicioso e a sociedade impõe barreiras,

presume a incapacidade, limita oportunidades, levando a pessoa com deficiência a ter seu desenvolvimento e sua autoconfiança minados para confirmar a premissa capacitista inicial.

A conquista inacabada: mulheres, ciência e a urgência de um paradigma anti-capacitista

A narrativa da participação feminina na ciência é uma saga de resiliência, brilhantismo frequentemente submerso e uma luta contínua contra barreiras estruturais e culturais. No entanto, para que este texto transcenda o reconhecimento já tardio e se aprofunde na complexidade da questão em pleno 2025, é imperativo que o façamos sob uma ótica interseccional rigorosa, que desmonte não apenas o sexismo, mas também o capacitismo insidioso que permeia as instituições científicas e a própria concepção do fazer científico.

Historicamente, a ciência moderna foi erigida sobre um alicerce androcêntrico e, em muitos aspectos, capacitista que idealizou o cientista como uma figura dotada de características específicas, sendo elas muitas vezes associadas à masculinidade hegemônica e à corporeidade e às funcionalidades apresentadas como normais. A sistemática negação e apropriação das contribuições de mulheres cientistas, é apenas a ponta de um iceberg que oculta vieses de gênero mais profundos na avaliação de mérito, na alocação de recursos e na progressão de carreiras. A exclusão se manifesta para as mulheres negras, indígenas, LGBTQIAPN+, de classes sociais menos privilegiadas e, crucialmente, mulheres com deficiência enfrentam camadas adicionais e interconectadas de discriminação, tornando suas trajetórias exponencialmente mais árduas.

A discussão sobre mulheres na ciência também precisa discutir com profundidade o capacitismo, pois ele não se revela apenas na ausência de rampas em laboratórios ou na falta de softwares acessíveis em conferências, embora estas sejam manifestações gritantes de exclusão. O capacitismo no meio científico é mais sutil e estrutural e reside na valorização de uma produtividade implacável que não considera flutuações de saúde ou necessidades de ritmos distintos, na presunção de que certas deficiências são incompatíveis com o rigor analítico ou a capacidade experimental; na invisibilização das contribuições de cientistas com deficiência, cujas adaptações e estratégias podem, inclusive, enriquecer a metodologia científica com novas perspectivas.

Um paradigma científico verdadeiramente avançado e ético reconhece que a diversidade cognitiva, experiencial e corporal é um motor de inovação. A homogeneidade, seja ela de gênero, raça ou capacidade, empobrece o arcabouço epistemológico e limita o escopo das questões formuladas e das soluções propostas. A inclusão de mulheres, em toda a sua diversidade, não é uma questão de "justiça social" desgarrada do fazer científico, mas uma condição *sine qua non* para a excelência e a relevância da própria ciência. Isso implica no

seguinte questionamento: Quem define o que é "excelência? Quais são os critérios de produtividade e eles são universalmente aplicáveis e justos? Como as estruturas de poder existentes silenciam ou marginalizam vozes que desafiam o *status quo*? A superação dessas barreiras exige mais do que políticas de cotas, tendo em vista que requer transformação cultural profunda nas instituições e na sociedade, analisando os seguintes pontos relevantes como incorporar flexibilidade e reconhecer diversas formas de contribuição científica, para além de métricas quantitativas tradicionais que podem penalizar quem necessita de um percurso não linear; Garantir que todos os espaços físicos, digitais, comunicacionais e processuais da ciência sejam acessíveis, não como um adendo, mas como um princípio fundamental de design, o que inclui desde laboratórios e eventos até plataformas de publicação e softwares; Implementar treinamentos eficazes e mecanismos robustos de denúncia e responsabilização para todas as formas de discriminação e violência, incluindo o capacitismo e o sexismo; Reconhecer que as experiências não são aditivas, mas multiplicativas. Políticas para mulheres na ciência devem, explicitamente, considerar as necessidades e os desafios de mulheres com deficiência, mulheres negras, indígenas, transgênero, etc.; além de Criar um ambiente no qual a diversidade de pensamento, oriunda de diferentes experiências de vida, entre elas a experiência da deficiência, seja vista como um ativo para a resolução de problemas complexos.

Em 2025, no contexto brasileiro e global, a ciência enfrenta desafios monumentais que demandam a mobilização de todos os talentos disponíveis. A persistência de uma cultura científica que exclui ou marginaliza mulheres, especialmente aquelas atravessadas por outras formas de opressão como o capacitismo, não é apenas uma injustiça, mas sim um desperdício intolerável de potencial humano e uma autossabotagem. A construção de uma ciência verdadeiramente inclusiva, equitativa e, portanto, mais robusta e criativa, é a única via para um futuro onde o conhecimento sirva, de fato, ao bem-estar de toda a humanidade.

Vale ressaltar que a introdução do fator racial na análise da presença feminina em posições acadêmicas evidencia um agravamento contundente da desigualdade. Se entre os docentes de pós-graduação em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) no Brasil, 29,2% são mulheres brancas, a representatividade de mulheres pretas, pardas ou indígenas cai vertiginosamente para apenas 2,5%. O panorama torna-se ainda mais desolador ao se observar a interseção com a deficiência: no câmpo geral de docentes do ensino superior, somente 0,19% são mulheres com deficiência, um índice que denuncia uma exclusão sistêmica e profunda, conforme Staniscuaski (2024).

Segundo dados da UNESCO, apenas 30% de cientistas são mulheres, e na engenharia e na matemática, 35%. Não há dados registrados sobre a população feminina com deficiência na ciência e tecnologia e, de maneira geral, menos de 1% das pessoas com deficiência ocupam o mercado de trabalho, conforme dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) (Villon, 2022).

Para destacar mulheres com deficiência que conquistaram espaço em áreas predominantemente masculinas, pesquisei alguns nomes importantes, de descobertas às lutas pela inclusão no cenário brasileiro:

- Karla Luiz é uma psicóloga e pesquisadora com uma trajetória acadêmica e profissional profundamente dedicada aos Estudos da Deficiência e à Psicologia Social. A sua deficiência física é em decorrência de artrogripose múltipla congênita¹. Sua formação iniciou-se com a graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Santos (2008), seguida por uma especialização em Educação Especial pela UNINTER (2011). Ela consolidou sua expertise com mestrado (2015) e doutorado (2023) em Psicologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição onde também integra o Núcleo de Estudos da Deficiência (NED) desde 2012, evidenciando seu compromisso contínuo com a pesquisa na área. Sua atuação transcende a prática clínica e acadêmica, estendendo-se a importantes espaços de formulação e controle social de políticas públicas. Já escreveu mais de 30 artigos científicos. Como mãe com deficiência, pesquisadora, palestrante, consultora, supervisora e ativista, ela personifica a intersecção entre vivência pessoal, rigor acadêmico e engajamento cívico, consolidando-se como uma voz proeminente no campo dos estudos sobre a deficiência no Brasil. Segundo Luiz e Gesser (2023), os movimentos feministas foram pioneiros ao desafiar paradigmas éticos tradicionais, predominantemente masculinos, que priorizavam o individualismo e a racionalidade desvinculada das emoções, das relações e em contraposição, o feminismo trouxe à tona a ética do cuidado com implicações profundas para a forma como a sociedade compreende e se relaciona com a vulnerabilidade, a interdependência e com a experiência da deficiência. Luiz e Gesser (2023) ainda pontuam que a ética do cuidado a partir das contribuições feministas, enfatiza a importância das relações concretas, da empatia, da escuta atenta às necessidades do outro e da responsabilidade contextualizada, o que contrasta com abordagens que podem ser excessivamente burocráticas, paternalistas ou focadas apenas em aspectos médicos ou assistencialistas da deficiência e ao aplicar essa ética, as pessoas com deficiência passam a ser vistas como sujeitos ativos em suas próprias vidas e nas relações de cuidado, cujas vozes, desejos e perspectivas devem ser centrais na definição do que constitui

¹ uma condição clínica caracterizada por múltiplas contraturas articulares não progressivas em duas ou mais articulações, que podem ser detectadas ao nascimento - Quintans; Barbosa; Lucena (2017) - http://revistadepediatriasoperj.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1025

um bom cuidado ou um suporte adequado para elas. De acordo com Luiz e Gesser (2023), os movimentos feministas, especialmente em suas vertentes mais interseccionais, contribuíram para que as pessoas com deficiência fossem vistas para além de suas especificidades, isto é, para além de seus diagnósticos, impedimentos ou necessidades médicas pontuais. As opressões se cruzam e se potencializam, havendo a percepção de que uma mulher com deficiência não vivencia apenas o capacitismo, mas uma forma particular de opressão que resulta do entrelaçamento entre capacitismo e machismo. A análise de Luiz e Gesser (2023), demonstra que as contribuições teóricas e políticas dos movimentos feministas foram instrumentais não apenas para forjar uma compreensão mais robusta e humanizada da ética do cuidado, mas também para dismantelar visões reducionistas sobre a pessoa com deficiência.

- Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica bioquímica com formação pela Universidade Federal do Ceará (1966) e com mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas pela USP. Ela transcendeu sua trajetória profissional para se tornar um ícone na luta pelos direitos humanos no Brasil e sua vida foi catalisadora de uma das mais significativas transformações legislativas do país no combate à violência doméstica e familiar, a Lei nº 11.340/2006, que leva o seu próprio nome. Ela sobreviveu a tentativas de feminicídio e enfrentou longa batalha por justiça, tendo canalizado sua resiliência e indignação como ativista, assim sendo, fundou o Instituto Maria da Penha, uma organização não governamental com o objetivo de erradicação da violência de gênero. Ela dedicou seus esforços como coordenadora na Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV) e sua coragem e persistência levaram à condenação do seu agressor e inspiraram a criação de um marco legal que visa proteger milhões de mulheres no Brasil. Ela é uma personalidade de destaque, recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Ceará e sua história e trabalho inspiram e fortalecem a luta por uma sociedade onde as mulheres possam viver livres de violência. Ela é um símbolo da luta contra a violência doméstica após ficar paraplégica por agressões do seu ex-marido é autora do livro “Sobrevivi... posso contar” (1994).

- Vanessa Luiza Romanelli Tavares é uma pós-doutora em genética pela Universidade de São Paulo. A bióloga-geneticista é uma força motriz na melhoria da qualidade de vida de pessoas com doenças raras no Brasil, uma causa profundamente conectada à sua própria jornada, tendo sido diagnosticada com atrofia muscular espinhal (AME-5q). Ela trabalha com foco no diagnóstico precoce, no acesso a tratamentos e na busca incessante por avanços para esta comunidade. Em 2023, pelo Instituto Jô Clemente, Vanessa implementou e passou a coordenar uma pesquisa piloto para a triagem neonatal da AME no Estado de São Paulo, em parceria com

instâncias governamentais. Sua pesquisa resultou em importantes achados, como a identificação das causas de doenças raras e a caracterização de sua variabilidade clínica, aprimorando o diagnóstico e o aconselhamento genético em condições como doenças craniofaciais e transtorno do espectro autista. A profissional validou um teste molecular para a triagem neonatal da AME-5q no Brasil. Atua como supervisora do Laboratório de Biologia Molecular e Pesquisadora no Serviço de Referência em Triagem Neonatal do Instituto Jô Clemente e é uma mulher ativa na formulação de políticas de saúde. Vanessa é assessora científica no Instituto Jô Clemente e uma das responsáveis pelos estudos no teste do pezinho, exame de triagem neonatal que identifica, dentre outras doenças, a Atrofia Muscular Espinhal (AME) em bebês recém-nascidos. Ela é cadeirante em decorrência da AME, descoberta ainda na infância, além de ser atriz. A pesquisadora já publicou 10 artigos em periódicos e 4 resumos em anais de eventos científicos.

- Mara Gabrielli é uma psicóloga, publicitária, política e ativista que sofreu um acidente de carro ficou tetraplégica. A sua luta e representatividade são reconhecidas internacionalmente e sua trajetória é marcada por impulsionar a defesa da inclusão e da acessibilidade no Brasil e no mundo. Ela cursou Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie e Publicidade e Propaganda na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). O acidente e a tetraplegia não a silenciaram e a adversidade se transformou em missão de vida, pois ao se deparar com barreiras, escassez de recursos e oportunidades para pessoas com deficiência no Brasil, ela fundou, o Instituto Mara Gabrielli (IMG) para apoiar atletas com deficiência, promover pesquisas científicas. Na Organização das Nações Unidas (ONU) alcançou o feito histórico ao ser eleita como uma das peritas independentes do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para o mandato 2019-2022 e foi reeleita para 2023-2026, contribuindo para monitorar a implementação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelos Estados partes, influenciando políticas de inclusão em escala global. Ela é autora de livros que relatam sua experiência e suas reflexões sobre a vida e a deficiência, tais como “Depois da lama, a alma: uma história de superação” (2003) e Intensa Mente: uma vida sem limites (2022).

- Ana Rita de Paula é uma psicóloga que nasceu com uma deficiência congênita e progressiva, que a deixou na cadeira de rodas. Na área da psicologia, ganhou prêmios por se dedicar a dar visibilidade para pessoas com deficiência e pela sua luta visando inclusão e acessibilidade. Seu trabalho continua a inspirar novas gerações de psicólogos a engajarem-se na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além da graduação em Psicologia pela Universidade de São

Paulo (1984), cursou mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1993) e doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (2000). Até 2008, foi pesquisadora convidada da Universidade de São Paulo. Ela publicou 7 artigos em periódicos, 7 trabalhos em anais de eventos, 2 resumos em anais de eventos científicos, 4 capítulos de livros e 3 livros, sendo eles “Asilamento de pessoas com deficiência” (2008); “Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência” (2009) com Fernanda Sodelli e “Sexualidade e deficiência: rompendo o silêncio” (2005) com Mina Regen e Penha Lopes.

- Vanessa Lima Vidal Machado é uma pessoa com deficiência auditiva desde a infância. Em 2010, ela concluiu a graduação em Letras Libras em Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Catarina e em 2013, a graduação em Contabilidade pela Faculdade Estácio do Ceará. O mestrado em Estudos da Tradução foi cursado na Universidade Federal de Santa Catarina (2016) e o doutorado em Letras e Linguística na Universidade Federal de Alagoas (2018). Vanessa é docente da Universidade Federal do Ceará. Atua em projetos voltados para Libras. Ela já recebeu oito prêmios, devido à contribuição em sua área de atuação e dedica-se à pesquisa sobre variações linguísticas de Libras. Para além das passarelas e das salas de aula, Vanessa é uma ativista pela inclusão social e como membro da Coordenadoria de Pessoas com Deficiência (COPEDEF) de Fortaleza, ela tem se dedicado a diversos trabalhos sociais, viajando pelo Brasil para ministrar cursos, palestras e seminários. Sua atuação visa promover a conscientização sobre a cultura e a identidade surda, o respeito às diferenças e a importância da acessibilidade. Sua voz e sua história são instrumentos de empoderamento para muitos. Ela publicou 5 resumos em anais de eventos, 2 artigos científicos, 1 capítulo de livro e o livro “A verdadeira beleza: uma história de superação” (2009) na qual reforça sua mensagem de que a verdadeira beleza reside na aceitação, na força interior e na capacidade de transformar adversidades em oportunidades. Seu trabalho como professora de Libras é fundamental para a formação de novos profissionais e para a disseminação da língua e cultura surda, contribuindo ativamente para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

- Anna Oller Bonani após graduar-se em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Anna concluiu seu mestrado em Biologia Molecular e Morfofuncional na UNICAMP (2024). Impulsionada por sua experiência pessoal com a Distrofia Muscular de Cinturas, diagnosticada aos nove anos, Anna Oller Bonani direcionou sua trajetória acadêmica para a pesquisa científica. Ao conhecer o Laboratório de Regeneração Nervosa do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), encontrou o lugar ideal para

transformar sua vivência em investigação científica. Seu principal foco de pesquisa foi dedicado a entender melhor e avaliar o efeito anti-inflamatório e neuroprotetor do fármaco Etanercept na Distrofia Muscular de Duchenne. Engajada na divulgação científica e na representatividade, Anna participou de sete eventos científicos entre 2018 e 2024. Em 2023, compartilhou sua perspectiva e os desafios enfrentados por pessoas com deficiência (PCDs) na ciência em uma entrevista ao programa de rádio do Correio Popular, abordando o tema "PCDs rompem barreiras para concretizar sonho de fazer ciência". Em 2024, Anna buscou apresentar os resultados de sua pesquisa no prestigiado congresso *Neuroscience Meeting*, em Chicago. Para viabilizar essa participação, lançou uma campanha de arrecadação online ("vaquinha"). Contudo, as informações mais recentes disponíveis na plataforma indicavam que a meta de R\$ 15.000,00 não havia sido atingida, e não há registros de que os fundos tenham sido obtidos por outros meios para possibilitar sua presença no evento. A trajetória de Anna Oller Bonani a revela como uma jovem pesquisadora dedicada, cuja experiência pessoal confere um impulso singular ao seu trabalho científico e sua atuação contribui significativamente para a busca por conhecimento e potenciais tratamentos na área das doenças neuromusculares e da biologia celular.

- Natasha Farias Marques tem uma trajetória notável de resiliência, transformação e paixão pela ciência. Ela é biomédica com especialização em Toxinas de Interesse em Saúde pela Escola Superior do Instituto Butantan. Também possui Pós-graduação em Patologia Clínica Veterinária pelo Centro Universitário União Das Américas. Em 2024, iniciou o mestrado em Biologia de Sistemas (Ciências Morfofuncionais), no Laboratório de Neuroanatomia Funcional da Dor (LAND), no Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo. Um grave acidente impôs um novo curso à sua vida, resultando em 61 cirurgias e a deixando com múltiplas e permanentes sequelas físicas, fazendo com que tenha a necessidade de usar bolsas de ostomia, prótese no quadril e parafusos no joelho, além de ter diversas cicatrizes pelo corpo. No Instituto Butantan encontrou a oportunidade de inserção na pesquisa científica, com o objetivo futuro de cursar um mestrado. No Laboratório de Fisiopatologia do instituto, sob a orientação da pesquisadora Renata Giorgi, ela desenvolveu sua pesquisa de especialização com estudo concentrado na ação do veneno da jararaca, investigando a dor e a inflamação induzidas por ele, bem como o fenômeno da hipernocicepção, isto é, uma resposta aumentada à dor e a pesquisa envolveu uma extensa revisão da literatura científica existente. A pesquisadora está com um projeto em andamento sobre a Influência do ciclo estral na neuropatia: o papel dos hormônios gonadais para investigar o papel desses

hormônios na percepção da dor neuropática em ratas submetidas ao modelo de lesão crônica do nervo isquiático e essa pesquisa lhe rendeu menção honrosa pela Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento (2024). Ela enfatiza a necessidade de maior representatividade e diversidade em todos os setores, incluindo a ciência, e defende que o diálogo com pessoas com deficiência é crucial para a construção de ambientes verdadeiramente acessíveis. Ela publicou o livro “Deficiência” (2017), que já se encontra na 2ª edição e apresentou 6 trabalhos em eventos científicos.

- Simone Vieira da Silva graduou-se em psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), em 2018 e complementou sua formação com pós-graduações em Terapia Cognitivo-Comportamental (2019) e Saúde Pública (2020), além de um MBA em Gestão de Pessoas (2022). Ela tem diagnóstico de retinose pigmentar, uma doença caracterizada pela perda gradual da visão. Em 2024, concluiu o mestrado no programa de Ciências Médicas (com ênfase em Educação e Saúde) na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Sua pesquisa de mestrado, apoiada por bolsas da CAPES e posteriormente da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), versa sobre "Eventos negativos de vida e a relação com depressão: análise transversal e prospectiva do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil)". Este trabalho resultou em contribuições científicas relevantes, incluindo um artigo publicado no renomado *Journal of Affective Disorders* (JAD) e outro aceito para publicação na revista *Clinics*. Além desses artigos, publicou mais três entre os anos de 2022 e 2023. Registros da FAPESP também a associam a um projeto sobre a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de saúde brasileiro. A pesquisadora exemplifica a perseverança e a capacidade de cientistas com deficiência visual, utilizando tecnologia assistiva e contando com redes de apoio para realizar pesquisas de impacto na área da saúde mental.

- Fabiana Fator Gouvêa Bonilha é pianista e pesquisadora, possuindo cegueira total congênita e construiu uma carreira acadêmica e profissional notável, dedicada a ampliar o acesso à música para pessoas com deficiência visual. Ela é graduanda em Psicologia pela PUC-Campinas (2001) e em Música (Bacharelado em Piano Erudito) pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2003). Tornou-se a primeira pessoa cega a concluir um curso de pós-graduação na UNICAMP, concluiu o mestrado com a dissertação "Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores" (2007) e o doutorado com a tese "Do toque ao som: o ensino da musicografia Braille como um caminho para a educação musical inclusiva" (2010). Fabiana investiga métodos de ensino, a difusão do Braille, o desenvolvimento e a aplicação de tecnologia assistiva associada com a

avaliação de softwares que convertem partituras convencionais para Braille, editores de musicografia Braille, leitores de tela e impressoras Braille. Seu trabalho busca não apenas otimizar essas ferramentas, mas também transcrever obras musicais, com especial interesse no repertório brasileiro, proporcionando acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Ela enfatiza que as dificuldades encontradas por pessoas com deficiência frequentemente residem nas barreiras impostas pelo ambiente e pela falta de acessibilidade, como a escassez de partituras em Braille, que ela enfrentou desde a infância. Sua trajetória e contribuições são reconhecidas publicamente no CTI Renato Archer, que destaca seu trabalho como um exemplo da importância da inclusão na ciência. Atua como colunista do projeto e-Braille da Rede Anhanguera de Comunicação. Em 2023, ela recebeu o título de "Mulher Símbolo" da Academia Campineira de Letras e Artes, homenageada tanto por sua atuação científica em tecnologia assistiva quanto por sua carreira como pianista, além de outras cinco condecorações. Ela publicou um artigo científico, 12 trabalhos e 10 resumos em anais de eventos, 5 capítulos de livros e o livro "Nos deficientes" (2003) junto com Mari Gandara. Fabiana Bonilha, portanto, combina seu talento musical com sua expertise em psicologia e tecnologia para pesquisar, desenvolver soluções e trabalhar por uma educação musical verdadeiramente inclusiva, demonstrando o potencial e a importância da participação de pessoas com deficiência na ciência e nas artes.

- Lúcia Emília Vieira Guedes, também conhecida como Mila Guedes é publicitária, consultora de Recursos Humanos especializada em diversidade e inclusão social, além de ativista nos movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Em 2025, concluiu o mestrado em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo. Sua vivência pessoal é o motor de seu engajamento, pois é portadora de Esclerose Múltipla, uma condição que progrediu ao longo do tempo, além de deficiência visual congênita, a Doença de Stargardt, que preserva apenas 20% de sua visão. Ela é mestranda na Universidade de São Paulo (USP), onde sua pesquisa se concentra na área de acessibilidade para pessoas com deficiência e sua vivência e seu conhecimento prático como ativista enriquecem sua abordagem acadêmica, buscando soluções e promovendo a conscientização sobre a importância da inclusão no ambiente universitário e na sociedade em geral. Em 2024, expandiu seus horizontes de pesquisa através de uma bolsa de estudos que a levou à Universidade de Maryland, nos Estados Unidos para investigar as práticas e políticas de apoio a estudantes com deficiência em universidades americanas, reconhecidas por seu trabalho avançado nessa área. Em 2019, coordenou um projeto sobre Gênero e Deficiência, que teve apoio da *Rehabilitation*

International, uma das maiores organizações mundiais na luta pelos direitos e inclusão das pessoas com deficiência. No livro "30 Vozes", contribuiu para esta obra comemorativa dos 30 anos da Lei de Cotas no Brasil, entrevistando pessoas com deficiência e amplificando suas histórias e perspectivas. Atuou como coordenadora de um curso sobre Liderança e Empoderamento Feminino para mulheres com deficiência no Brasil. Publicou um capítulo de livro com outra autora, além de 45 trabalhos em eventos científicos, 48 entrevistas em mídias diversas e 27 produções técnicas. Ela enfatiza que a deficiência em si não é o problema, mas sim as barreiras, sejam elas físicas, comunicacionais ou atitudinais, impostas pela sociedade. Sua pesquisa nos Estados Unidos reforçou a ideia de que a inclusão efetiva não depende apenas de grandes investimentos financeiros, mas também de uma mentalidade inclusiva e da implementação de tecnologias compatíveis. A pesquisadora critica a falta de preparo das universidades brasileiras para acolher estudantes com deficiência e o pouco avanço nas discussões sobre o capacitismo, além de salientar a relevância de pautas específicas para mulheres com deficiência, como direitos sexuais e reprodutivos e acesso adequado a serviços de saúde. Seu trabalho como um todo, demonstra um profundo comprometimento com a construção de uma sociedade mais justa, acessível e inclusiva, onde as capacidades e contribuições de todas as pessoas, independentemente de suas deficiências, sejam plenamente reconhecidas e valorizadas.

A lista de pesquisadoras apresentadas neste texto não é exaustiva. Certamente outras cientistas brasileiras com deficiência realizam trabalhos relevantes, mas que podem não ter a mesma visibilidade na mídia. A representatividade e o reconhecimento de cientistas com deficiência são fundamentais para inspirar futuras gerações e promover um ambiente científico mais inclusivo e diverso, sendo o empenho da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) muito importante com o lançamento do edital "Apoio aos Cientistas com Deficiência" em uma iniciativa inédita na instituição e no Brasil para auxiliar na retenção de talentos na Ciência, aumentando a diversidade de nossos cientistas e deve contar com bolsas de treinamento e capacitação técnica, além de bolsas de iniciação científica e tem foco nos pesquisadores, com título de doutor, que apresentem condição de deficiência, congênita ou adquirida e sejam docentes ou técnicos-administrativos e instituições públicas ou privadas de ensino e/ou pesquisa do estado do Rio de Janeiro. Além do edital da FAPERJ, há o Projeto Incluir-Ciência, iniciativa de pesquisa integrada a um conjunto de ações de extensão do Laboratório Maker do CEFET-MG e do grupo Analogias, Metáforas e Modelos na Tecnologia, na Educação e na Ciência (AMTEC/GEMATEC).com o objetivo de analisar contribuições e

implicações pedagógicas do emprego e apropriação de recursos didáticos inclusivos para a educação científica e tecnológica a estudantes com deficiência visual.

Conclusão:

Mulheres cientistas com deficiência representam uma parte inspiradora e importante da comunidade científica. Elas desafiam estereótipos e mostram que a deficiência não é um obstáculo para alcançar grandes conquistas no mundo da ciência. É crucial aprofundar a reflexão sobre a invisibilidade de cientistas brasileiras portadoras de deficiência, pois a constatação de que qualquer lista atual é incompleta aponta para questões estruturais e sistêmicas complexas.

Muitas cientistas podem optar por não divulgar sua deficiência devido ao estigma social ainda presente, ao receio de discriminação no ambiente acadêmico e profissional, ou simplesmente por questões de privacidade. Em um campo altamente competitivo como a ciência, o medo de que a deficiência seja vista como uma incapacidade, e não como uma característica humana, pode levar à ocultação. Ademais, o próprio conceito de "deficiência" é amplo e diverso, abrangendo condições visíveis e invisíveis, físicas, sensoriais, intelectuais, psicossociais e múltiplas. Deficiências não aparentes, como algumas condições crônicas, transtornos do espectro autista ou questões de saúde mental, podem não ser publicamente reconhecidas ou mesmo autodeclaradas como deficiência, dificultando ainda mais a identificação dessas pesquisadoras.

Historicamente, o capacitismo estrutural impôs barreiras ao acesso, permanência e progressão de pessoas com deficiência na educação e, conseqüentemente, nas carreiras científicas. Isso significa que, por décadas, talentos foram perdidos ou desencorajados, resultando em um número potencialmente menor de profissionais com deficiência em posições de destaque e, por conseguinte, menor visibilidade. As narrativas que chegam ao público, muitas vezes veiculadas pela mídia, tendem a focar em histórias de "superação" individual, que, embora possam inspirar, nem sempre refletem a luta coletiva por direitos e acessibilidade ou a complexidade da experiência da deficiência na ciência.

A interseccionalidade também desempenha um papel crucial, pois mulheres cientistas com deficiência podem enfrentar camadas adicionais de discriminação e invisibilidade se pertencerem a outros grupos minorizados com sobreposições de identidades e as opressões associadas podem tornar suas trajetórias ainda mais desafiadoras e suas vozes menos ouvidas.

A ausência de dados sistemáticos e a falta de visibilidade têm conseqüências como a escassez de modelos. A carência de exemplos de cientistas com deficiência bem-sucedidas

dificulta que jovens e estudantes com deficiência se vejam representados nesse espaço, impactando suas aspirações e escolhas de carreira. A invisibilidade reforça e perpetua estereótipos e preconceitos sobre as capacidades e o potencial de contribuição científica de pessoas com deficiências. A falta de diagnóstico claro das necessidades dessas cientistas, torna mais complexo o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e institucionais para promover a inclusão e a acessibilidade na ciência.

Nesse contexto, a representatividade e o reconhecimento transcendem a simples celebração de trajetórias individuais. Eles são elementos fundamentais e transformadores porque inspiram e empoderam, tornando visíveis possibilidades de futuro para as novas gerações de pesquisadoras com deficiência, fomentando a autoestima e a vontade de vencer. A presença e o sucesso de cientistas com deficiência desafiam ativamente o capacitismo intrínseco à sociedade e ao meio científico, demonstrando que a competência científica não está atrelada à ausência de deficiência. A diversidade de perspectivas, incluindo as experiências vividas por pessoas com deficiência, é vital para a inovação. Cientistas com deficiência podem trazer abordagens únicas para a resolução de problemas, identificar novas questões de pesquisa (muitas vezes inspiradas por suas próprias vivências, como no campo da tecnologia assistiva ou da saúde inclusiva) e contribuir para que o conhecimento produzido seja mais relevante e aplicável a uma parcela maior da população.

Profissionais reconhecidas e em posições de influência impulsionam com mais força ambientes de pesquisa, laboratórios, eventos científicos, plataformas de publicação e ferramentas de trabalho verdadeiramente acessíveis e inclusivas e promovem justiça social, garantindo que talentos, independentemente de suas características, possam contribuir para o avanço científico com equidade e justiça social, essenciais para o desenvolvimento de uma ciência que sirva a toda a sociedade. Portanto, ampliar a visibilidade e o reconhecimento das cientistas brasileiras com deficiência não é apenas uma questão de fazer justiça às suas contribuições individuais, mas um passo estratégico para fortalecer a ciência brasileira como um todo, tornando-a mais diversa, inovadora, acessível e socialmente relevante. Isso exige um esforço contínuo de instituições de pesquisa, agências de fomento, mídia e da própria comunidade científica para criar mecanismos de identificação, apoio, valorização e promoção dessas pesquisadoras.

Referências:

- AUGUSTIN, Ingrid Renata Lopes. **Concepções de membros do Conselho Municipal de Educação acerca da educação da pessoa com deficiência intelectual**. 2012. 113f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/644?show=full>. Acesso em: 10 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 11 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde 2024-2027**. Brasília: MS, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/gestao-dos-instrumentos-de-planejamento/pns/plano-nacional-de-saude-pns-2024-2027/view>. Acesso em: 15 maio 2025.
- CAMPBELL, Fiona Kumari. Refusing Able(ness): a preliminary conversation about ableism. **M/C Journal**, v. 11, n. 3. 2008. Disponível em: <https://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/46>. Acesso em: 10 maio 2025.
- CAPITANI, Lídia. 8 mulheres com deficiência para seguir e se inspirar. **Meio e Mensagem**, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/womentowatch/8-mulheres-com-deficiencia-para-seguir-e-se-inspirar>. Acesso em: 14 maio 2025.
- LUIZ, Karla Garcia e GESSER, Marivete. Mulheres com deficiência e dependência complexa: experiências de relações de cuidado para (sobre)viver. **Cadernos Pagu**, v. 68: e236807, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TMbT3kgxG6WSVwQkTQZsf7Q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.
- MELLO, Anahi Guedes de. **Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: uma análise antropológica de experiências: Narrativas e Observações Sobre Violência Contra Mulheres Com Deficiência**. 2014. 260 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182556?show=full>. Acesso em: 13 maio 2025.
- PROJETO Incluir-Ciência: pesquisa e extensão em educação científica e tecnológica na temática da deficiência visual**, 07 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ppget.pesquisa.cefetmg.br/projetos-da-linha-iv-praticas-educativas-e-tecnologias-educacionais/projeto-incluir-ciencia/>. Acesso em: 15 maio 2025.
- SALGADO, Aline. **FAPERJ se prepara para lançar editais inéditos em 2024**, 23 nov. 2023. Disponível em: <https://www.faperj.br/?id=450.7.8>. Acesso em: 13 maio 2025.
- SERON, Bruna Barboza. O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista: dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. **Movimento Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-16, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113969>. Acesso em: 10 maio 2025.

STANISCUASKI, Fernanda. As políticas para aprimorar a inclusão de cientistas mães no país. **Nexo Jornal**, 06 ago. 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/08/05/as-politicas-para-aprimorar-a-inclusao-de-cientistas-maes-no-pais>. Acesso em: 12 maio 2025.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS, 3., 2019, Campinas, SP. **Anais [...]**. Campinas, SP: UNICAMP/SOFIA, 2019. p.16-25. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389>. Acesso em: 12 maio 2025.

VILLON, Elsa. **Conheça cientistas mulheres com deficiência**. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/conheca-cientistas-mulheres-com-deficiencia/>. Acesso em: 11 maio 2025.